

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

As Diretorias das empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentam aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Balancos Patrimoniais

Em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
A T I V O			
Circulante		63.116.793	55.242.969
Disponibilidades	4	403.157	604.506
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	11.301.383	14.180.573
Aplicações em operações compromissadas		9.323.181	12.595.273
Aplicações em depósitos interfinanceiros		449.573	989.514
Aplicações em moedas estrangeiras		1.528.629	595.886
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	21.313.111	12.955.719
Carteira própria		6.493.216	6.604.013
Vinculados a operações compromissadas		2.336.546	1.916.050
Instrumentos financeiros derivativos		7.195.095	2.367.718
Vinculados à prestação de garantias		5.288.254	2.067.938
Relações interfinanceiras		4.325.224	2.648.500
Pagamentos e recebimentos a liquidar		296.808	270.670
Créditos vinculados:			
Depósitos no Banco Central		4.027.009	2.375.699
Correspondentes no País		1.407	2.131
Relações interdependências		131	153
Transferências internas de recursos		131	153
Operações de crédito	8	9.894.758	7.555.164
Operações de crédito - Setor privado		10.540.475	8.060.380
Operações de crédito - Setor público		582	6.063
Operações de crédito vinculadas a cessão (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(646.299)	(518.109)
Operações de arrendamento mercantil	8	104.685	105.727
Operações de arrendamento a receber - Setor privado (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		107.748	108.603
Operações de arrendamento a receber - Setor público (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(3.063)	(2.876)
Outros créditos		15.748.841	17.171.909
Créditos por avais e fianças honradas		22.451	22.451
Carteira de câmbio	9	10.652.955	12.226.671
Rendas a receber		35.615	74.079
Negociação e intermediação de valores	10	408.072	501.498
Créditos tributários	11	578.386	321.849
Diversos	12	4.201.752	4.332.813
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(150.390)	(286.001)
Outros valores e bens		25.503	20.618
Outros valores e bens		1.354	2.629
Despesas antecipadas	13	24.149	17.989
Não circulante		18.060.900	15.426.268
Realizável a longo prazo		17.488.413	14.544.573
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	59.080	7.807
Aplicações em depósitos interfinanceiros		59.080	7.807
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	9.737.676	8.059.144
Carteira própria		2.450.371	1.184.215
Vinculados a operações compromissadas		185.078	601.279
Instrumentos financeiros derivativos		2.938.594	1.945.662
Vinculados à prestação de garantias		4.163.633	4.327.988
Operações de crédito	8	3.846.520	3.847.584
Operações de crédito - Setor privado		4.126.371	4.171.974
Operações de crédito vinculadas a cessão (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(4.748)	(623)
Operações de arrendamento mercantil	8	159.797	101.076
Operações de arrendamento a receber - Setor privado (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		141.450	103.312
Operações de arrendamento a receber - Setor público (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(1.653)	(2.236)
Outros créditos		3.705.340	2.528.962
Créditos por avais e fianças honradas		388	151.332
Carteira de câmbio	9	1.463.443	57.580
Rendas a receber		1.248	7.717
Créditos tributários	11	1.039.378	1.314.466
Diversos	12	1.200.887	1.014.000
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.f	(4)	(9.133)
Permanente		572.487	881.695
Investimentos	14	54.549	288.067
Participações em coligadas e controladas		48.220	276.811
Outros investimentos (Provisão para perdas)		12.309	11.256
(5.980)		-	-
Imobilizado de uso	15	222.622	249.439
Imóveis de uso		174.272	176.349
Imobilizações em curso		8.310	16.953
Sistemas de processamento de dados		168.704	162.468
Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas)		(584.212)	(539.936)
Intangível	16	295.316	344.189
Ativos intangíveis (Amortizações acumuladas)		656.588	653.239
(361.272)		(309.050)	
Total do ativo		81.177.693	70.669.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial (Reapresentado)	Lucros acumulados	Total
		realizado	reservado		legal	estatutária	Reserva de capital			
Saldos em 31 de dezembro de 2014		3.905.701	-	249	435.854	2.458.188	(93.256)	-	6.706.736	
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(44.472)	-	(44.472)	
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(342)	-	(342)	
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	363.487	363.487	
Destinações:										
Reservas	24.b	-	-	-	18.386	-	-	(18.386)	-	
Saldos em 30 de junho de 2015		3.905.701	-	249	454.240	2.458.188	(138.070)	345.101	7.025.409	
Saldos em 31 de dezembro de 2015		4.106.550	-	-	480.776	3.307.490	(209.230)	-	7.685.586	
Adoção ao CPC 33 - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(69.305)	69.305	-	
Saldos de abertura em 1º de janeiro de 2016 (Reapresentados)		4.106.550	-	-	480.776	3.307.490	(278.535)	69.305	7.685.586	
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	207.903	-	207.903	
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(3.051)	-	(3.051)	
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	361.719	361.719	
Destinações:										
Reservas	24.b	-	-	-	18.087	-	-	(18.087)	-	
Saldos em 30 de junho de 2016		4.106.550	-	-	498.863	3.307.490	(73.683)	412.937	8.252.157	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

1 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras combinadas ("Combinadas") do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil ("Conglomerado"), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes do Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras das empresas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais das empresas constantes nesse Conglomerado estão sendo publicadas separadamente.

Em 19 de fevereiro de 2016, o Citigroup Inc. anunciou a intenção de vender suas operações de *Consumer Bank* no Brasil, as quais incluem as operações de banco de varejo e cartões de crédito, sendo que após essa venda o grupo Citi ainda manterá presença no Brasil com o objetivo de continuar atendendo seus principais clientes corporativos e institucionais.

Enquanto o processo de venda está em andamento, os negócios do banco de varejo e cartões de crédito continuarão operando normalmente, incluindo todas as agências e escritórios no País.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 15 de agosto de 2016.

2 | Descrição das principais práticas de consolidação

Na preparação das demonstrações financeiras combinadas, foram adotados, quando aplicável, os critérios para a consolidação em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, instituído pela Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987, do Banco Central do Brasil:

- Foram eliminadas as participações societárias entre as empresas consolidadas;
- Foram eliminadas as despesas e as receitas decorrentes de negócios entre as empresas combinadas;
- Foram eliminados os direitos e as obrigações assumidos entre as empresas combinadas; e
- As operações de arrendamento mercantil estão sendo demonstradas pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Desta forma, o valor residual, assim como as demais contas que compõem o cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil foram reclassificados para o grupo "Operações de arrendamento mercantil".

Destacamos as principais sociedades incluídas nas demonstrações financeiras combinadas em 30 de junho:

Instituições consolidadas	Atividade	2016	2015
Banco Citibank S.A. (Banco)	Bancária	100%	100%
Citibank Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Leasing)	Arrendamento	99,99%	99,99%
Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora)	Distribuidora	100%	100%
Pelo método de equivalência patrimonial			
Citibank Corretora de Seguros Ltda. (Seguros)	Corretora	100%	100%
Elavon do Brasil Soluções de Pagamento S.A. (Elavon)	Serviços	-	49,90%
Instituições combinadas			
Banco Citibank S.A. (Banco)	Bancária	100%	100%
Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade)	Bancária	100%	100%
Citigroup Global Markets Brasil CCTVM S.A. (Corretora)	Corretora	100%	100%

Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015

A partir de 1º de janeiro de 2013 entrou em vigor o pronunciamento técnico CPC 33(R1) que trata dos aspectos contábeis de benefícios para funcionários. Em 25 de junho de 2015 o Banco Central do Brasil aprovou através da Resolução nº 4.424 as disposições sobre o registro contábil e a evidência de benefícios a empregados, onde autorizou o Conglomerado a procedimentos adicionais a serem observados na contabilização e na divulgação das informações a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais alterações no balanço do Conglomerado são: i) os ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos integralmente como ativo ou passivo atuarial, tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajustes de Avaliação Patrimonial). O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano. O *superávit* do plano de benefício definido deve ser reconhecido quando os benefícios econômicos futuros estão disponíveis para a entidade na forma de redução nas contribuições futuras ou de restituição em dinheiro, seja diretamente à entidade patrocinadora ou indiretamente para outro plano *deficitário* (127c). Ou seja, em condições de cálculo de *stress*, a entidade continua tendo um *superávit* e este está disponível para abater contribuições futuras ou livre para resgate/utilização em outros planos patrocinados pela entidade. Dado que estas condições não foram cumpridas para constituição de um ativo, houve a reversão deste contra ajustes de avaliação atuarial, por conta da adoção do CPC 33; ii) inclusão de novos requisitos de divulgação nas demonstrações contábeis; e iii) o pronunciamento deve ser aplicado de forma retrospectiva, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A adoção do referido pronunciamento, aplicável ao semestre iniciado a partir de 1º de janeiro de 2016, ocasionou os seguintes efeitos nas demonstrações contábeis:

Descrição balanço patrimonial	Publicado em dez/15	Ajustes (nota 30)	Valor corrigido
Patrimônio líquido			
Ajuste de avaliação patrimonial - Saldo em 31 de dezembro de 2015	(209.230)	(69.305)	(278.535)
Lucros acumulados - Saldo em 1º de janeiro de 2016 (Reapresentado)	-	69.305	69.305
Os valores estão demonstrados líquidos de impostos, onde as constituições de crédito tributário e passivo fiscal diferidos foram compensados de acordo com Resolução nº 3.059/2002.			

P A S S I V O

	Nota	2016	2015
Circulante		56.607.465	48.014.972
Depósitos	17	10.547.721	9.951.897
Depósitos à vista		4.609.559	5.625.268
Depósitos de poupança		902.299	1.172.938
Depósitos interfinanceiros		-	133.308
Depósitos a prazo		5.035.863	3.020.383
Captações no mercado aberto	18	7.073.414	5.283.423
Carteira própria		2.378.259	1.949.539
Carteira de terceiros		-	2.236.392
Carteira livre movimentação		4.695.155	1.097.492
Recursos de aceites e emissão de títulos		1.512.397	1.314.326
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.158.713	1.133.743
Certificados de operações estruturadas		353.684	180.583
Relações interfinanceiras		241.081	256.530
Recebimentos e pagamentos a liquidar		241.081	256.530
Relações interdependências		961.131	1.250.757
Recursos em trânsito de terceiros		961.057	1.250.757
Transferências internas de recursos		74	-
Obrigações por empréstimos	19.a	9.774.329	1.747.548
Empréstimos no exterior		9.774.329	1.747.548
Obrigações por repasses do País	19.b	40.523	73.910
Instituições oficiais		36.900	67.554
BNDES		2.609	6.356
FINAME		1.014	-
Outras instituições		33.277	60.184
Obrigações por repasses do exterior	19.b	3.346.830	3.276.004
Repasses do exterior		3.346.830	3.276.004
Instrumentos financeiros derivativos	7	5.140.175	3.667.902
Instrumentos financeiros derivativos		5.140.175	3.667.902
Outras obrigações		17.969.864	21.192.675
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		160.288	173.256
Carteira de câmbio	9	9.444.369	11.042.328
Sociais e estatutárias		66.299	289.808
Fiscais e previdenciárias	20	476.484	382.598
Negociação e intermediação de valores	10	3.728.289	4.944.901
Diversas	21	4.094.135	4.359.784
Não circulante		16.318.071	15.628.856
Depósitos	17	7.461.201	4.276.642
Depósitos a prazo		7.461.201	4.276.642
Captações no mercado aberto	18	132.378	4.954.935
Carteira própria		132.378	572.905
Carteira livre movimentação		-	4.382.030
Recursos de aceites e emissão de títulos		1.823.401	778.732
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.691.428	674.757
Certificados de operações estruturadas		131.973	103.975
Relações interfinanceiras	19.a	979.983	17
Empréstimos no exterior		979.983	17
Obrigações por repasses do País	19.b	338.069	122



Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

I) Negociação e intermediação de valores

Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

m) Permanente

As participações em coligadas e controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de custo, dependendo da relevância do investimento.

Os outros investimentos são compostos, basicamente, por:

- Ações de empresa de liquidação e custódia vinculadas à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, mantidas a custo original; e
- Outros investimentos, avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

ii. Imobilizado de uso e imobilizado de arrendamento

O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

Conforme descrito na nota 2, o imobilizado de arrendamento foi reclassificado para a rubrica de "Operações de arrendamento mercantil". O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/1984, do Ministério da Fazenda, está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, quando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à superveniência ou insuficiência de depreciação descrita na nota 3.

iii. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de software registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008; e
- Aquisição do direito de exploração de folha de pagamento, amortizados pelo prazo contratual.

n) Redução do valor recuperável de ativos (impairment)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de impairment e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e
- Uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

o) Obrigações por empréstimos e reassess

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescrito da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses acrescidas dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações cíveis e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

ii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente, e registradas na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

q) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/2015, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras, de 15% para 20%.

A MP entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e a referida MP foi convertida na Lei nº 13.169 de 5 de outubro de 2015.

Em virtude da majoração de alíquota da CSLL, o Conglomerado Citibank registrou crédito tributário adicional no montante de R\$147.224. A referida majoração de alíquota aumentou o valor da CSLL a recolher neste semestre no montante de R\$21.142.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que o Conglomerado deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de 10 anos.

r) Plano de incentivos com base em ações

O Conglomerado participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelos seguintes programas:

- CAP (Capital Accumulation Program), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliadas em Planos de Ações (Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA) em que o Conglomerado efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

Stock Option, programa que o funcionário tem o direito de exercer a opção e receber em dinheiro a diferença entre o preço da ação no mercado e o preço da ação na data da concessão da opção. O Stock Option é um programa com liquidação em caixa e o valor da obrigação é reconhecido durante o período de vigência da opção, pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período.

s) Benefícios pós-emprego

O Conglomerado participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. O Conglomerado também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível ao Conglomerado como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - asset ceiling).

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Para o plano de assistência à saúde para aposentados essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial do Banco em função da adoção antecipada do CPC 33, considerado que este plano estava deficitário.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo estes, sendo superatuários, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros ajustes de avaliação patrimonial, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do asset ceiling.

i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

4 | Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional	136.283	114.744
Disponibilidades em moedas estrangeiras	262.028	489.762
Aplicações temporárias em ouro	4.846	-
Aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	627.175	1.226.037
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.037.301	112.208
Aplicações em moedas estrangeiras	1.528.629	595.886
Total	4.596.262	2.538.637

5 | Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2016			2015		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas	6.681.201	2.641.980	-	9.323.181	12.595.273	-
Posição bancada	3.453.155	1.293.109	-	4.746.264	4.856.212	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	49.994	-	-	49.994	9.999	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.471.930	579.675	-	2.051.605	2.621.104	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.931.231	713.434	-	2.644.665	2.225.109	-
Posição financiada	-	-	-	-	2.236.391	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	31.198	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	2.205.193	-
Posição vendida	3.228.046	1.348.871	-	4.576.917	5.502.670	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.416.478	932.262	-	2.348.740	2.815.132	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.811.568	416.609	-	2.228.177	2.687.538	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	246.297	203.276	59.080	508.653	997.321	-
Certificados de depósitos interfinanceiros	246.297	203.276	59.080	508.653	997.321	-
Outras aplicações	1.528.629	-	-	1.528.629	595.886	-
Aplicações em moedas estrangeiras	1.528.629	-	-	1.528.629	595.886	-
Total	8.456.127	2.845.256	59.080	11.360.463	14.188.480	-

6 | Títulos e valores mobiliários

a) Títulos para negociação

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2016		2015	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Carteira própria	5.406.116	5.440.946	6.213.098	6.189.156
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.142.954	3.157.739	3.036.852	3.036.948
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.068	15.076	22.549	22.556
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.195.348	2.216.056	3.024.338	3.018.907
Ações de companhias abertas	8.577	8.785	119.093	100.665
Ações recebidas por empréstimos	40.547	39.625	954	950
Cotas de fundos de índice de mercado	3.622	3.665	9.312	9.300
Vinculado a compromissos de recompra	1.375.408	1.382.081	1.598.324	1.599.009
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.071.529	1.074.333	1.590.428	1.591.703
Notas do Tesouro Nacional - NTN	303.879	307.748	7.896	7.306
Vinculado à prestação de garantias	2.259.801	2.269.323	1.513.524	1.511.598
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	348.638	348.544	305.545	305.470
Notas do Tesouro Nacional - LTN	1.729.606	1.739.297	1.207.979	1.206.128
Notas do Tesouro Nacional - NTN	181.557	181.482	-	-
Total	9.041.325	9.092.350	9.324.946	9.299.763

	2016				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Títulos para negociação	52.075	1.194.526	876.373	1.786.563	576.959
Abertura por vencimento	-	1.049.268	415.513	1.460.612	232.346
Carteira própria	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	15.076
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	145.258	460.860	325.951	344.613
Ações de companhias abertas	8.785	-	-	-	-
Ações recebidas por empréstimos	39.625	-	-	-	-
Cotas de fundos de índice de mercado	3.665	-	-	-	-
Vinculado a compromissos de recompra	-	-	1.593.328	(310.013)	138.900
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	668.974	(142.487)	547.846
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	924.354	(167.526)	(408.946)
Vinculado à prestação de garantias	-	-	1.106.815	539.835	622.673
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	339.065	9.479
Notas do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	925.333	200.770
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	181.482	-
Total	52.075	1.194.526	3.576.516	2.016.385	1.338.532

b) Títulos disponíveis para venda

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2016		2015	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Carteira própria	3.483.079	3.502.641	1.627.835	1.598.072
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	102.209	102.040	10.388	10.388
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.576.627	2.596.060	596.135	584.968
Notas do Tesouro Nacional - NTN	96.787	84.957	63.070	53.762
Debêntures	550.039	546.215	709.953	702.185
Commercial Paper	-	-	-	-
Letras Financeiras	-	12.460	12.412	81.895
Cotas de fundos de investimentos	-	160.957	160.957	24.430
Vinculado a compromissos de recompra	1.157.957	1.139.543	953.181	918.320
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	58.532	58.435	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.003.943	998.905	837.816	820.437
Notas do Tesouro Nacional - NTN	95.482	82.203	115.365	97.883
Vinculados à prestação de garantias	7.165.712	7.182.564	4.994.477	4.884.328
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.090.828	1.090.827	-	-
Notas do Tesouro Nacional - LTN	6.074.884	6.091.737	4.994.477	4.884.328
Total	11.822.748	11.824.748	7.575.493	7.401.720

	2016				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Títulos disponíveis para venda	160.957	1.336	889.977	1.688.348	397.771
Abertura por vencimento	-	-	-	-	364.252
Carteira própria	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	97.352
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	878.901	1.529.337	187.822	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	84.957	-
Debêntures	-	-	159.011	205.261	181.943
Letras Financeiras	-	1.336	11.076	-	-
Cotas de fundos de investimentos	160.957	-	-	-	-
Vinculado a compromissos de recompra	-	-	954.465	44.440	140.638
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	58.435



Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

8 | Carteira de crédito

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
a) Composição da carteira de crédito por produto				
Operações de crédito	14.672.177	12.245.870		
Empréstimos e títulos descontados	7.904.380	6.244.252		
Financiamentos	4.114.835	3.570.941		
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.428.976	1.400.812		
Financiamentos imobiliários	1.119.310	980.858		
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	99.346	42.321		
Operações de crédito vinculadas a cessão (1)	5.330	6.686		
Operações de arrendamento mercantil	249.198	211.915		
Outros créditos	5.335.419	5.036.666		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 9)	1.315.734	1.130.888		
Títulos e créditos a receber (2) (nota 12)	3.975.233	3.698.695		
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9)	21.613	19.547		
Créditos por avais e fianças honradas	22.839	151.332		
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	36.204		
Total de operações de crédito	20.256.794	17.494.451		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (3)	(1.086.008)	(1.132.658)		
Total de operações de crédito	19.170.786	16.361.793		

(1) Refere-se à cessão de operações de crédito imobiliário realizada em 1º de março de 2012 junto a Brazilian Securities Companhia de Securitização S.A., no montante de R\$19.020. Tal operação foi realizada a valor presente dos contratos e com 100% de cobrificação por parte do Banco. O saldo da cobrificação assumida com a contraparte em 30 de junho de 2016 é de R\$5.394 (2015 - R\$7.030).

(2) Referem-se, basicamente, às operações com cartão de crédito a vencer, e que serão reclassificadas para a rubrica contábil "Operações de crédito" em caso de atraso e/ou pagamento inferior ao valor total em aberto.

(3) O saldo da provisão para outros créditos, no balanço patrimonial, contempla também a provisão para títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito no valor de R\$0 (2015 - R\$ 10.710).

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de risco	2016						Provisão
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	Outros serviços	
AA	1.974.966	4.738.355	123.673	208.464	73.532	691.296	7.810.286
A	524.796	2.895.033	231.056	3.068.246	46.382	1.064.767	7.830.280
B	265.977	241.805	22.031	1.228.251	5.514	19.524	1.783.102
C	123.504	120.753	29	136.494	13.461	39.522	433.763
D	31.523	302.507	51.948	698.599	1.690	155.242	1.241.509
E	34.581	4.985	-	128.044	-	6.552	174.162
F	19.178	19.453	-	134.380	-	7.829	180.840
G	14.674	64.852	1	96.927	-	2.407	178.861
H	60.620	108.269	537	402.662	-	51.903	623.991
Total	3.049.819	8.496.012	429.275	6.102.067	140.579	2.039.042	20.256.794

Nível de risco	2015						Provisão
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	Outros serviços	
AA	1.020.276	3.339.631	70.680	100.601	36.457	1.097.367	5.665.012
A	645.996	2.575.671	57.105	2.826.055	87.614	574.332	6.766.773
B	453.103	401.592	556	1.147.736	16.573	68.982	2.088.542
C	211.737	352.999	15	131.229	28.614	158.572	883.166
D	55.450	142.828	6	682.144	7.563	33.133	921.124
E	13.788	5.554	-	116.802	-	502	136.646
F	14.697	20.108	-	106.481	-	668	141.954
G	498	12.323	2.052	76.489	-	32.117	123.479
H	48.073	94.205	267.747	321.711	-	29.189	760.925
Total	2.463.618	6.944.911	398.161	5.509.248	176.821	1.994.862	17.487.621

Nível de risco	2015						Provisão
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	Outros serviços	
AA	1.020.276	3.339.631	70.680	100.601	36.457	1.097.367	5.665.012
A	645.996	2.575.671	57.105	2.826.055	87.614	574.332	6.766.773
B	453.103	401.592	556	1.147.736	16.573	68.982	2.088.542
C	211.737	352.999	15	131.229	28.614	158.572	883.166
D	55.450	142.828	6	682.144	7.563	33.133	921.124
E	13.788	5.554	-	116.802	-	502	136.646
F	14.697	20.108	-	106.481	-	668	141.954
G	498	12.323	2.052	76.489	-	32.117	123.479
H	48.073	94.205	267.747	321.711	-	29.189	760.925
Total	2.463.618	6.944.911	398.161	5.509.248	176.821	1.994.862	17.487.621

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de risco	Saldo da carteira			Saldo da provisão		
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias
AA	7.810.286	-	38,56	-	-	-
A	7.830.280	-	78,10	0,50	(39.151)	-
B	1.780.030	3.072	178,30	8,80	1,00	(17.800)
C	430.951	2.812	433,76	2,14	3,00	(12.929)
D	1.225.837	15.672	1.241,50	6,13	10,00	(122.584)
E	125.097	49.065	174,16	0,86	30,00	(37.528)
F	95.121	85.719	180,84	0,89	50,00	(47.560)
G	108.367	70.494	178,86	0,88	70,00	(75.857)
H	317.273	306.718	623,99	3,08	100,00	(317.273)
Total	19.723.242	533.552	20.256.794	100,00	(670.682)	(415.326)

Nível de risco	Saldo da carteira			Saldo da provisão		
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias
AA	5.671.842	-	56,71	32,42	-	-
A	6.766.773	-	67,66	73,68	0,50	(33.834)
B	2.081.697	6.845	2.088,54	11,94	1,00	(20.818)
C	862.026	21.140	883,16	5,05	3,00	(25.860)
D	903.076	18.048	921,12	5,27	10,00	(90.307)
E	116.629	20.017	136,64	0,78	30,00	(34.989)
F	55.971	85.983	141,95	0,81	50,00	(27.985)
G	74.286	49.193	123,47	0,70	70,00	(52.000)
H	233.536	527.389	760,92	4,35	100,00	(233.536)
Total	16.765.836	728.615	17.494.451	100,00	(519.329)	(613.329)

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Vencidas há mais de 14 dias	533.552	728.615		
A vencer até 90 dias	8.751.459	7.053.969		
De 91 a 360 dias	7.232.366	6.008.758		
Acima de 360 dias	3.739.417	3.703.109		
Total	20.256.794	17.494.451		

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2016		2015	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	4.060.192	20,04	2.861.684	16,36
20 seguintes maiores devedores	2.060.594	14,12	2.457.280	14,05
50 seguintes maiores devedores	1.338.607	15,49	2.468.423	14,11
100 seguintes maiores devedores	2.304.478	11,38	1.857.212	10,61
Demais clientes	7.892.923	38,97	7.849.852	44,87
Total	20.256.794	100,00	17.494.451	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Crédito com características de concessão de crédito				
Saldo inicial	(991.025)	(1.206.239)		
Constituições líquidas de reversões	(417.066)	(253.124)		
Créditos baixados como prejuízo	322.883	326.705		
Saldo final	(1.086.008)	(1.132.658)		
Crédito sem características de concessão de crédito				
Saldo inicial	-	(10.714)		
Constituições líquidas de reversões	-	4		
Saldo final	-	(10.710)		
Saldo total	(1.086.008)	(1.143.368)		
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	93.310	93.618		
Renegociação de créditos	422.043	105.316		

g) Composição do resultado de operações de crédito

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Empréstimos	839.456	637.854		
Títulos descontados	823	11.613		
Financiamentos	94.790	129.392		
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	93.310	93.618		
Rendas de financiamentos à exportação	(140.198)	317.479		
Rendas de financiamentos rurais	58.193	43.511		
Rendas de financiamentos habitacionais	58.075	44.179		
Rendas de adiantamentos a depositantes	6.892	3.724		
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	9.418	6.869		
Outros	182	1.291		
Total	1.020.941	1.289.530		

h) Operações ativas vinculadas

Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução nº 2.921 de 17 de janeiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

	2016		2015	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Operações ativas vinculadas				
Operações de crédito	1.600.829	21.466	967.498	19.411
Obrigações por operações ativas vinculadas				
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(1.600.829)	-	(967.498)	-
Resultado líquido das operações vinculadas		21.466		19.411

	2016			2015		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total	Total
Operações ativas vinculadas						
Operações de crédito	114.627	380.820	1.105.382	1.600.829	967.498	

9 | Carteira de câmbio

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Outros créditos				
Câmbio comprado a liquidar	5.049.054	694.121	6.938.997	29.114
Direitos sobre venda de câmbio	5.782.170	767.321	5.382.097	32.147
Adiantamentos em moeda nacional recebidos (-)	(197.889)	-	(112.008)	(5.698)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8.a)	19.616	1.997	17.547	2.000
Outros	4	38	17	17
Total	10.652.955	1.463.443	12.226.671	57.580

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações ativas vinculadas				
Câmbio vendido a liquidar	5.290.547	676.040	5.529.801	38.486
Obrigações por compra de câmbio	5.469.556	767.321	6.643.341	26.449
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 8.a)	(1.315.734)	-	(1.130.888)	-
Outros	74	-	74	-
Total	9.444.369	1.443.361	11.042.328	64.935

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

- PIS e COFINS sobre Incorporação de Ações - R\$ 14.343 (2015 - R\$ 13.272)** - trata-se de processo onde se discute o recolhimento de PIS e COFINS sobre suposto ganho de capital ocorrido na incorporação de ações da BM&F e Bovespa. Aguarda-se julgamento de segunda instância administrativa.
- ISS Corretagem - R\$ 4.606 (2015 - R\$ 4.237)** - Trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre as operações realizadas na BM&FBovespa. Aguarda-se julgamento de embargos à execução.
- Ação Indenizatória - R\$92.057 (2015 - R\$2.532)** - trata-se de ação onde o cliente discute prejuízos nos fundos de investimento onde a Distribuidora é a prestadora de serviços de custódia, escrituração e controladoria administrado por terceiros; e questionamento de negatização junto ao órgão de proteção ao crédito. A ação se encontra em juízo de primeira instância, aguardando sentença.
- Ações revisionais - R\$ 0 (2015 - R\$ 51.316)** - questionamento de cláusulas estabelecidas em contrato. No segundo semestre de 2015 o valor da provisão foi zerado devido a classificação de risco possível para provável e pela análise e os cálculos realizados pelo contador que apuraram saldo favorável ao Citibank.

b) Movimentação das contingências

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 30/06/2016
Cíveis	162.619	29.996	(26.278)	(32.340)	14.112	148.109
Trabalhistas	361.928	75.682	(22.682)	(50.942)	22.120	386.106
Fiscais	262.620	86	-	(2.337)	9.312	269.681
Total	787.167	105.764	(48.960)	(85.207)	45.545	803.895

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 30/06/2015
Cíveis	276.941	50.945	(91.210)	(9.839)	15.747	242.583
Trabalhistas	365.068	48.007	(1.011)	(36.887)	20.239	395.417
Fiscais	244.864	19.540	-	(18.522)	7.303	253.185
Total	886.873	118.492	(92.221)	(65.248)	43.289	891.185

23) Pagamentos baseados em ações

Em 29 de outubro de 2009, o Conglomerado fez uma concessão discricionária única de opções para empregados elegíveis em conformidade com o Programa de Concessão Ampla de Opções a Empregados do Citigroup (CEO) no âmbito do Plano de Incentivos de Ações de 2009 do Citigroup, conforme aprovado pelos acionistas do Citigroup em 21 de abril de 2009. Em conformidade com o CEO, o direito sobre as opções geralmente é adquirido igualmente ao longo de três anos; o prazo da opção corresponde a 6 meses a contar da data da concessão e as ações adquiridas no exercício não estão sujeitas à restrição de venda.

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 30 de junho de 2011 a Resolução nº 3.989, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2012, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10, que estabelece critérios e condições para mensuração, reconhecimento e divulgação de transações com pagamento baseados em ações.

a) Premissas de valor justo

As premissas utilizadas para avaliação das opções concedidas pelo Citigroup, são baseadas em um modelo binomial de avaliação. A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade histórica em opções negociadas do Citigroup e efetuando ajustes nos pontos em que sejam conhecidos os fatores que podem afetar a volatilidade futura. A premissa sobre a expectativa anual de cancelamento de opções por perda do prazo de exercício torna por base a experiência histórica do Citigroup. Além disso, certas ações recebidas através de exercícios de opção, bem como outros tipos de opções concedidas, estão sujeitas a restrições de venda. Os descontos foram aplicados ao valor justo das opções concedidas de modo a refletir tais restrições de venda.

b) Programa de recompensa em ações

O Conglomerado participa do programa CAP do Citigroup, nas quais as ações ordinárias do Citigroup são concedidas sob a forma de ações restritas aos empregados participantes. Para o programa, durante o período de carência aplicável, as ações concedidas não podem ser vendidas ou transferidas pelo empregado participante, que está sujeito ao cancelamento do programa, caso seu contrato de trabalho seja rescindido. Após as concessões adquiridas, as ações tornam-se transferíveis e podem ser vendidas pelo empregado participante.

As recompensas em ações concedidas geralmente são adquiridas à razão de 25% ao ano, ao longo de quatro anos. A despesa associada a recompensas em ações é lançada contra resultado durante o período de aquisição, com o se cada parcela de recompensa fosse uma recompensa em separado com sua própria data de aquisição. O programa prevê que os empregados que alcançaram uma determinada idade mais os anos de serviço requeridos (empregados elegíveis a aposentadoria) podem encerrar o vínculo empregatício e continuar com a programação de concessão de suas ações. Para esses participantes, o lançamento dessas recompensas como despesa contra resultado é acelerado com base na data em que as exigências de elegibilidade para a aposentadoria são atendidas.

Para determinadas recompensas com base em ações que sejam liquidadas de tal forma, o Conglomerado reconhece como passivo a sua obrigação perante o Citigroup nos termos do SPAPA. De acordo com o *Stock Plans Affiliate Participation Agreement* - SPAPA, o Conglomerado efetuará um pagamento para o Citigroup com base no preço das ações ordinárias do Citigroup na data de aquisição de cada recompensa concedida na forma de despesa. As mudanças no valor contábil de tal passivo durante o período são refletidas como ajuste no resultado do período.

O saldo da provisão em 30 de junho de 2016 totalizava R\$ 60.857 (2015 - R\$ 119.944).

24) Patrimônio líquido

a) Capital social
O capital social representa o investimento da matriz nas empresas que constituem o Conglomerado, acrescido dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

b) Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2015, foi constituída reserva legal no montante de R\$18.087 (2015 - R\$18.386).

c) Reserva estatutária

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social do Conglomerado e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação do Conglomerado, estando limitada a 10% do seu capital social.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, não foi constituída reserva estatutária.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 30 de junho de 2016 e 2015, não foram deliberados dividendos, bem como juros sobre capital próprio.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada e assistência médica.

25) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2016	2015
Rendas de Administração e estruturação de fundos de investimento (1)	92.536	89.142
Rendas de cobrança, comissão de colocação de títulos	27.396	26.892
Rendas de serviços de custódia	40.616	39.870
Rendas de corretagens de operações em bolsas	32.297	30.116
Rendas de serviços prestados	1.047	-
Rendas de utilização de serviços (2)	92.163	82.779
Receitas com operações de cartões de crédito	41.294	42.208
Receitas com Administração de clientes estrangeiros	7.765	8.040
Rendas de assessoria econômico-financeira	17.383	20.535
Rendas de garantias prestadas	43.694	32.244
Outros serviços	38.261	39.911
Total	434.452	402.737
Receitas de tarifas bancárias - Renda de anuidade de cartão de crédito	61.873	59.794
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica	20.482	20.170
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa física	80.540	59.485
Total	162.895	139.449

(1) Trata-se de remuneração paga pelos administradores de fundos de investimentos externos, no qual o Banco e a Distribuidora prestam serviços referente à distribuição de cotas.

(2) Remuneração paga pelos estabelecimentos em contrapartida ao direito de integrar o sistema de pagamentos via cartão de crédito.

26) Outras despesas administrativas

	2016	2015
Despesas de aluguel	(30.972)	(31.770)
Despesas de comunicação	(29.946)	(29.105)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(16.610)	(16.168)
Despesas de promoções e relações públicas	(10.280)	(11.831)
Despesas de propaganda e publicidade	(14.574)	(14.531)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(52.183)	(44.040)
Despesas de serviços de terceiros	(282.837)	(222.057)
Despesas de serviços técnicos especializados	(44.200)	(41.069)
Despesas com processamento de dados	(149.557)	(110.379)
Despesas de viagens	(11.269)	(13.214)
Despesas de amortização e depreciação	(56.895)	(54.757)
Despesas de água, energia e gás	(7.133)	(6.386)
Despesas de material	(2.308)	(2.722)
Despesas de transporte	(8.825)	(2.713)
Despesas de serviços de segurança e vigilância	(18.052)	(18.156)
Outras despesas administrativas (1)	(18.102)	(19.014)
Total	(747.743)	(637.912)

(1) Inclui encargos, comissão paga à empresa ligada no exterior por indicação de clientes globais e registro com operações de FINAME.

27) Outras receitas/(despesas) operacionais

	2016	2015
Receitas		
Receitas com operações de cartões de crédito (1)	62.071	59.956
Reversão de provisão para contingências	48.960	92.221
Receitas com operações de cessão de crédito	94.311	59.170
Variação cambial - ordem de pagamento ME (3)	-	16.397
Atualização monetária de depósitos judiciais	27.413	23.538
Recuperação de encargos e despesas	10.271	9.425
Reversão de provisões operacionais	18.463	40
Atualizações e recuperação de impostos	5.167	113
Receitas na remuneração com pagamento baseado em ações	6.248	-
Receitas com MTM de empréstimos de ações	89	47
Reversão de provisão para indenizações trabalhistas	-	22.810
Outras receitas operacionais	26.326	18.683
Total	299.319	302.400
Despesas		
Atualização monetária de contingências	(45.545)	(43.289)
Despesas com operações de cartões de crédito (2)	(171.813)	(157.070)
Despesas com provisões operacionais	(4.482)	(72.665)
Despesas com administração de recursos	(105.729)	(98.967)
Despesa com administração e estruturação de fundos de investimentos	(6.043)	(11.137)
Despesa com administração e estruturação de fundos de investimentos	(35)	(41)
Despesas com provisão de indenização trabalhista	(594)	-
Variação cambial - ordem de pagamento ME (3)	(8.738)	-
MTM negativo de ações dadas por empréstimos	(936)	(925)
Outras	(50.044)	(37.518)
Total	(389.959)	(422.592)

(1) Refere-se, substancialmente às receitas de juros de mora e multa por inadimplência dos portadores de cartão de crédito.

(2) Refere-se, substancialmente às comissões pagas às bandeiras e aos parceiros oriundos de transações realizadas pelos portadores de cartão de crédito.

(3) Os saldos credores apresentados por contas de resultado de natureza devedora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre empréstimos e repasses e ordem de pagamento em moedas estrangeiras, foram reclassificados para esta rubrica.

28) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	Citibank N.A.	Citibank S.A.	Leasing	Distribuidora	Corretora	2016 Conglomerado
Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias	62.392	244.394	2.601	67.708	7.788	384.883
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	59.588	52.988	2.389	60.675	3.056	178.966
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro diferido	-	109.565	2	1.395	1.854	112.816
Impostos e contribuições a recolher	2.534	81.841	210	5.638	2.878	93.101
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(98.278)	88.164	(7.589)	(77.689)	(13.371)	(108.763)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(80.030)	(20.690)	(7.210)	(74.866)	(7.699)	(190.495)
(Ativo)/passivo fiscal diferido	(18.248)	108.854	(379)	(2.823)	(5.672)	81.732
						2015
						Conglomerado
Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias	39.127	131.601	1.610	62.893	4.398	239.629
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	38.093	52.027	1.423	58.068	1.221	150.832
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro diferido	-	-	-	-	700	700
Impostos e contribuições a recolher	1.034	79.574	187	4.825	2.477	88.097
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(73.806)	(35.958)	(4.667)	(70.535)	(28.038)	(213.005)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(51.661)	(99.573)	(8.375)	(69.580)	(23.857)	(253.046)
(Ativo)/passivo fiscal diferido	(22.145)	63.615	3.708	(955)	(4.181)	40.041

29) Transações com partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	Controladoras (1)	Controladas (2)	Outras partes relacionadas No País (3)	2016 No exterior (4)
Ativo				
Disponibilidades	230	-	-	80.157
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	1.528.525
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	1.201.994
Operações de crédito	-	-	-	30
Outros créditos	-	9	-	6.022.915
Investimentos	-	48.220	-	-
Passivo				
Depósitos	(15)	(7.976)	(14.251)	-
Obrigações por operações compromissadas	(497)	(58.204)	(469.432)	(1.182.798)
Relações interdependências	-	-	-	(59)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	(14.838.320)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(935.608)
Outras obrigações	(2.689)	-	(570)	(6.116.631)
Recetta/(despesa)				
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	38	-	-	1.160.362
Resultado de operações de câmbio	(847)	-	(34)	138.833
Receitas de serviços prestados	58	-	-	22.756
Resultado em participações em coligadas e controladas	-	46.613	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	11.307
Despesas de operações de captação no mercado	(24.040)	(13.076)	(31.160)	(113.659)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	(70.332)
Despesas administrativas	(438)	-	(121.208)	(189.701)
Outras despesas operacionais	-	-	(583)	(6.784)
Resultado não operacional	-	363	332	-

	Controladoras (1)	Controladas (2)	Outras partes relacionadas No País (3)	2015 No exterior (4)
Ativo				
Disponibilidades	-	-	-	29.369
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	12.658
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	825.185
Operações de crédito	-	-	-	30
Outros créditos	-	-	-	4.978.366
Investimentos	-	276.811	-	-
Passivo				
Depósitos	(22)	(6.814)	(15.232)	-
Obrigações por operações compromissadas	(517.807)	(291.722)	(431.498)	(1.620.270)
Relações interdependências	-	-	-	(28)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	(6.069.375)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(1.097.409)
Outras obrigações	(3.137)	(15)	(531)	(5.284.933)
Recetta/(despesa)				
Resultado de operações de crédito	-	-	-	1.710
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(1.550)	-	-	(199.271)
Resultado de operações de câmbio	-	-	-	(108.301)
Receitas de serviços prestados	92	-	134	25.626
Resultado em participações em coligadas e controladas	-	22.792	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	9.762
Despesas de operações de captação no mercado	(28.279)	(15.919)	(23.562)	(100.825)
Despesas de operações de empréstimos e repasses	-	-	-	(29.532)
Despesas administrativas	(104)	-	(101.542)	(152.122)
Outras despesas operacionais	-	-	(2)	(3.695)
Resultado não operacional	-	332	291	-

(1) Citibank Overseas Investment Corporation, Citibank N.A. e Citigroup Global Markets Brasil Holding Inc;

(2) Citibank Corretora de Seguros Ltda.; Elavon do Brasil Soluções de Pagamento S.A.

(3) Citi Brasil Com. Participações.; Citi Part.Inv.Ltda.; Fundo de Investimento Referenciado DI Londres; e

(4) Puerto Rico Branch; Latin American Investment Bank B; Int'l Bking Facility Ny Treasu; Ibf Pompano Lead Split; Nabg-Cash Management Div.; Citibank Debt Derivatives; Citigroup-Compensation Svcs; Coic Intercompany Control Unit; Cbc And Subs (Ex. Citifinancia; Cbk Os Brch/Ibf Intercompany C; Citi Ltd Luxembourg; Citibk Na Ireland;Citibank Na Switzerland; Argentina Branch; United Kingdom Branch; Hong Kong Branch Split Iby; Checker Motors Ltd; Citibank Equity Deriv

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

estratégica no processo de identificação de Riscos Operacionais Significativos e controles mitigadores conforme o processo global de Auto-Avaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao Comitê de Riscos, Controles Internos e Compliance, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos Riscos Operacionais Significativos e Emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

35| Gerenciamento de risco de mercado

Em atendimento à Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de mercado consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- Avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria externa;
- Avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- Avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 7 vezes no período de 1º de janeiro de 2016 à 15 de agosto de 2016, onde desenvolveu as seguintes atividades:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Administradores e à Diretoria do

Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil (Conglomerado), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

36| Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de crédito consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

37| Gerenciamento de risco de liquidez

Em cumprimento à Resolução, nº 4.090, de 24 de maio de 2012, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

- Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
- Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
- Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos.
- Em atendimento à Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN, no período, o Comitê de Auditoria analisou:

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup.

A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de *stress* são revisados e aprovados pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos - ALCO.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

A Diretoria

Alexandre Macedo Barbosa
CRC: 1SP191859/O-5

- Os relatórios quantitativos e qualitativos sobre a atuação da área de Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank; e
- O relatório do Diretor Responsável pela Ouvidoria e no que se refere as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria.

Em sessão realizada em 15 de agosto de 2016, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do parecer sobre as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2016, (ii) dos assuntos de destaque do período, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016.

São Paulo, 15 de agosto de 2016.
Comitê de Auditoria

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 15 de agosto de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmbia
Contadora CRC 1SP198502/O-8